

12.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1963

PRESIDÊNCIA, dos Srs. Arruda Castanho, Ciro Albuquerque,

Mendonça Falcão e Gilberto Siqueira Lopes

SECRETÁRIOS, Srs.: Januário Mantelli Neto e José Lurtz Sabia

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 17 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Ademar Pacheco — Alfredo Ignácio Trindade — Antonio Donato — Antonio Morimoto — Araripe Seipa — Ariovaldo Roseto — Augusto do Amaral — Benedito Matrazzo — Camillo Ashcar — Carlos René Egg — Cassio Ciampolini — Arruda Castanho — Choppin Tavares de Lima — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nomura — Domingos Aldrovandi — Esmeraldo Tarquinio de Campos — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Scalamarini Sobrinho — Galileu Blando — Gilberto Siqueira Lopes — Gualberto Moreira — Gustavo Martini — Elcio Bernardi — Hilário Tolioni — Homero Silva — Hozair Marcendes — Israel Dias Novais — Jacob Carolo — Jamil Dualibi — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — Batista Botelho — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — Chaves de Amarante — Amaral Gurgel — Blota Júnior — José Costa — Archimedes Lammoglia — José Luiz Cembranelli — José Lurtz Sabia — José Rosa da Silva — José Sidney Cunha — Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — Leônicio Ferraz Júnior — Lúcio Casanova Neto — Manoel Joaquim Fernandes — Mário Telles — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nabil Chedid — Nabil Chedid — Omani Zomignani — Onofre Gusen — Orlando Zancaner — Orlando Iazetti — Oswaldo Martins — Oswaldo Santos Ferreira — Oswaldo Massei — Paulo Nakandakare — Pinheiro Júnior — Raul Schwinden — Renato Cordeiro — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Shiro Kyono — Sólton Borges dos Reis — Ubirajara Keutenedjian — Valério Giuli — Venício Giachini — Wilson Lapa — Leonidas Umburanas — Anibal Haman — Muzetti Elias Antonio, e ausentes os seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Farabulini Júnior — Realindo Corrêa — Carlos Kherlakian — Old Franco — Lot Neto — Ioshifumi Utiyama — Jayme Daige — Cruz Secco — Felício Castelhano — José Jorge Cury — Avelino Júnior — Zolner Machado — Leonidas Ferreira — Maurício Leite de Moraes — Nadir Kenar — Nelson Pereira — Avajone Júnior — Paulo de Castro Prado — Paulo Planet — Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Almeida Barbosa — Sinval Antunes de Souza — Lopes Ferraz — Leonidas Camarinha — Nilson Ferreira Costa — Leonardo Barbieri — Luciano Nogueira Filho — Aristides Troncoso Peres e Odilo Antunes Siqueira.

O SR. PRESIDENTE — Convivo o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Presentes à Casa 62 Srs. deputados, está aberta a sessão.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar que o plenário desta Casa encontra-se completamente vazio, razão pela qual não deve ser instalada a sessão, o que seria um desrespeito ao Regimento. Nestas condições, peço a V. Exa. uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Convivo o nobre deputado José Lurtz Sabia a auxiliar o Sr. Secretário na chamada.

— ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CIRO ALBUQUERQUE.

— É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 46 Srs. deputados; há número para prosseguimento da presente sessão.

Srs. deputados, a Presidência respondendo à questão de ordem levantada pelo nobre deputado Oswaldo Rodrigues Martins, acerca de expedição de telegramas, de autoria de S. Exa. e do nobre deputado Francisco Amaral, a diversos sindicatos da cidade de Santos, que não haviam chegado aos seus destinatários, oportunidade em que S. Exa. fez severas críticas à Presidência, face ao acontecido, informo a S. Exa. que esta Presidência tomou energias providências e que os telegramas foram expedidos pelo Serviço de Radiotelegramas desta Assembleia e enviados pelo serviço de Radiocomunicações da Secretaria da Segurança Pública.

As informações chegadas ao Ilustre Secretário da Segurança Pública foram no sentido de que, das mensagens acima citadas, somente 24 recibos foram entregues e assinados pelos respectivos destinatários, sendo que os demais estão em poder do guarda-civil estafeta do posto de Santos que, por motivo de doença de seu geritor, teve necessidade de viajar para Presidente Bernardes. Após o regresso do referido guarda é que poderemos informar se os demais mensagens foram entregues.

O Serviço de Comunicações da Secretaria da Segurança Pública ainda informa que, de relação de sindicatos mencionados pelo nobre deputado Oswaldo Rodrigues Martins, 24 recibos, assinados por essas entidades, se encontram em poder daquela Se-

cretaria, no seu Serviço de Radiocomunicações.

O SR. OSWALDO RODRIGUES MARTINS — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. as providências tomadas com respeito à denúncia que fiz a esta Casa quanto a não expedição dos telegramas. Pode V. Exa. estar certo de que, se fosse do meu conhecimento que o genitor da guarda-civil se encontrava doente, no interior do Estado, eu não teria levantado tal questão de ordem. Se o fiz foi exatamente por desconhecer que havia doença na família do guarda-civil encarregado da entrega dos telegramas.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência deseja esclarecer ainda que foram entregues de imediato, logo após terem sido expedidos por V. Exa., 24 telegramas a Sindicatos por V. Exa. relacionados.

Vamos passar à Ordem do Dia.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

Entra em 1.ª discussão o Projeto de lei n.º 1.975/63, apresentado pelo Sr. Governador, concedendo auxílio à Caixa Beneficente da Guarda Civil e ao Centro Social dos Inspectores. Parecer n.º 2.744/63, da Comissão de Justiça, favorável.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para discutir, por 30 minutos, o nobre deputado José Lurtz Sabia.

O SR. JOSE LURTZ SABIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, discute esta Casa projeto de auxílio à Guarda Civil de São Paulo, para construção da Maternidade e ampliação e melhoramentos nas suas dependências esportivas. É a mensagem que envia o Sr. Governador do Estado à Assembleia Legislativa e que tomou o número 1.975/63.

O Governador manda mensagem para ajudar a Associação da Guarda Civil de São Paulo para construção do seu hospital e Maternidade e ao melhoramento da sua praça esportiva com 20 e 10 milhões respectivamente.

Sr. Presidente e Srs. deputados, a Guarda Civil de São Paulo merece a ajuda, mas observamos que enquanto o Governo ajuda uma entidade relega outra ao caos e à miséria.

Há poucos instantes compareceram a esta Casa alguns servidores da Estrada de Ferro Sorocabana que vieram trazer ao conhecimento dos Srs. deputados que o Sr. Governador do Estado suspendeu a ajuda para medicamento e alimentos a Cooperativa dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana, precisamente à véspera do Natal, precisamente, Sr. presidente e Srs. deputados, no dia da fraternidade universal. Onde está o espírito de fraternidade e de solidariedade do Governador, que às vésperas do Natal, data máxima da cristandade, relega ao esquecimento e tira medicamentos e alimentos, além de haver suspendido por 30 dias 194 funcionários, e agora prorroga a suspensão por mais trinta dias, pobres pais de família que irão passar angustiados a noite de Natal junto aos seus familiares?

(Assume a Presidência o Sr. Arruda Castanho)

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Este é o Governo da solidariedade. Este é o Governo da fraternidade, este é o Governo que apregoava em sua campanha que a meta era o homem, que dizia que precisávamos voltar nossas vistas para o homem, que estava abandonado, mas agora ele castiga impiedosamente os servidores da Sorocabana, negando-lhes os medicamentos indispensáveis às suas famílias, e a alimentação, base fundamental da subsistência. Quem diz isso não é o deputado. Basta que qualquer dos Srs. deputados se dirija à União dos Ferrovários para tomar conhecimento da suspensão dos medicamentos e dos alimentos. É isto o que a Assembleia assiste, e assiste sem nenhuma reação organizada contra esse governo. É assim que esse Governo procede, e é uma pena que tenhamos mais 3 anos pela frente de nefasta administração, nefasta administração, repito. Infeliz do Estado de São Paulo que tem um Governo sem autoridade e sem austeridade, que pratica as maiores barbaridades e injustiças.

Esta é a paz! Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade!

Os homens de boa vontade estão aí, tranqüilos, sem paz, sem assistência, sem conforto, sem medicamento para seus familiares, sem alimentação também. São 194 servidores suspensos por 30 dias, prorrogados por mais 30 dias, e vai até o fim. Essa é a meta homem de um Governo que temos que assistir até 1966, ou antes disso até abril de 1965, porque, graças a Deus São Paulo estará livre dessa nefasta administração, uma vez que o governador vai renunciar ao mandato e candidatar-se à Presidência da República. Ai estaremos salvos, e são e salvo o Estado de São Paulo.

O SR. Esmeraldo Tarquinio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSE LURTZ SABIA — ... para introduzir uma nova administração e

quem sabe novos administradores. Concedo o aparte a V. Exa.

O SR. Esmeraldo Tarquinio — Obrigado, nobre deputado José Lurtz Sabia. Sabe V. Exa. que de certa forma comungarei com a alegria que V. Exa. pronuncia. Mas veja, nobre deputado, que é triste para o povo paulista enfrentar o resto da Nação, fazendo declarações como essa que V. Exa. faz, e que eu também tenho feito aqui, ali, acolá, de repúdio. Isso é um repúdio, realmente, ao Governador de nosso Estado, para cuja eleição não contribuimos, e que quiséramos, aqui neste plenário como na rua, ainda que adversários políticos, respeitar e fazer respeitar, ter a satisfação de, embora adversários, tecer loas a S. Exa. pelas suas atitudes, pela firmeza das ideias de S. Exa., pela coerência de S. Exa. em relação ao que dissera na campanha e ao que faz agora, principalmente pelo profundo amor que S. Exa. deveria ter e demonstrar, aos nossos olhos, pela coisa pública, pelo homem, cuja meta disse ser o seu governo. Mas, nobre deputado José Lurtz Sabia, que vemos? A que assistimos? Que nos chega ao conhecimento? Precisamente o contrário. É o acicate, a provocação, e temos os mais profundas críticas de censura contra o Sr. Governador, que não quiséramos, em momento algum, fustigar. Queríamos ser apenas seus adversários. Queríamos ser apenas seus oponentes, os seus oponentes, mas, jamais, seus juizes, jamais seus críticos, censurando-o a tal ponto que em outros Estados como está acontecendo na Guanabara, no céu do povo, onde aproveitam o que estes deputados da oposição dizem aqui para fazer chistes e chacotas contra o Governador de nosso Estado. Isso é triste, mas é verdade. Isso é triste, mas é a realidade. Isso é triste, mas é insupportável. Triste, sim, nobre deputado José Lurtz Sabia, mas é impossível impedir-mos tamanha grita, tamanho cmentário, tamanho repúdio aos métodos e à pessoa de S. Exa. à testa do Governo de São Paulo. Mas tem S. Exa. uma salvação neste ano de 1963, que já está nos seus últimos estertores. Tem a porta da salvação se S. Exa. fizer retirar desta Casa aquilo que já ameaça inexoravelmente sobre o povo de São Paulo, qual seja o tremendo aumento tributário sobre as vendas e consignações. S. Exa. fizera com que os homens que dizem ser da sua gente, nesta Casa, viessem car número para que as proposições, como a da Força Pública, a da Guarda Civil, que cuidam da gratificação de 20%, possam ser aprovadas sem mais delongas; se S. Exa., o Sr. Governador, fizesse com que a Secretaria da Educação funcionasse em termos de respeito à escola pública e não de desamor às tradições dessa escola, que estava sendo um modelo no Estado de São Paulo e que agora de desmilingui, se demole e se liquida de maneira tão cabal, tão sentida, como disse o nobre deputado Raul Schwinden há poucos dias, nesta Casa, em momento de insupportável comção. Veja V. Exa. quantas chances, quantas oportunidades tem S. Exa., o Sr. Governador do Estado, o Dr. Pereira, como diz Vicente Leporece, no seu programa das 8 horas da manhã pela Rádio Bandeirantes. Quantas oportunidades teria o Dr. Pereira para redimir-se um pouco perante o Estado e Perante a Nação.

E não as usa, e não as utiliza, e não as empolga e não as empalma. Deixa-as passar, deixa-se fugir entre os dedos, liquidando-se desmoralizando-se perante o povo de São Paulo e da nação e quem sabe nos seus pruridos internacionais, fazendo-se moite de chistes e de gracejos ante quantos nos visitam de fora do país. Lamentável. Mas ainda assim quem sabe "Deus Nosso Pai" queira ajudar S. Exa. e lhe ilumine as ideias. Neste final de ano, principalmente nesta data chamada máxima da cristandade e lhe de toda a gama de sinceridade para agir da maneira que ainda não agiu este ano para com o povo de São Paulo. Nobre deputado Lurtz Sabia, que o verbo de V. Exa. seja menos pesado em relação ao Dr. Pereira, como diz Vicente Leporece, para que ele tenha ainda a oportunidade de redimir-se em parte perante o povo de São Paulo.

— (ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. GILBERTO SIQUEIRA LOPES).

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Obrigado ao nobre deputado Esmeraldo Tarquinio pelo aparte que neste instante me oferece. Mas, nobre deputado, V. Exa. pede que eu seja um pouco mais suave nos ataques ao governo. Mas conheço esse governo que aí está há muitos anos. Cartas marcadas. Em todas as suas administrações anteriores — quer como interventor quer como governador quer como prefeito de São Paulo, ele definiu a sua personalidade de governo. Para mim é um homem irreversível e embora possa em derredor alguns bons valores, às vezes esses bons valores são eliminados de imediato e forma-se aquele grupo terrível, implacável. Basta desmontar qualquer bom valor na equipe de governo e ele é imediatamente isolado. As cartas são marcadas. Esse governo não tem condições nenhuma de realizar. Deus Onipotente poderia derramar algumas graças para que esse homem pudesse no fim deste ano proporcionar alguma coisa de proveito ao povo paulista, o que ele dá é a suspensão de medicamentos e alimentos para os ferroviários da

Sorocabana, com ódio terrível e implacável. E eu dizia há poucos dias que o homem público se impõe não pela força. Não, não é a força que impõe a personalidade de um homem público, mas sim seus atos de responsabilidade. Quando um homem não tem responsabilidade e dirige um Governo sem austeridade, não adianta querer transformar essa falta de austeridade em autoridade, pela força. É impossível.

O Sr. Esmeraldo Tarquinio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSE LURTZ SABIA — Aí está o prêmio de Natal aos pobres ferroviários da Sorocabana! E não é demagogia que estou fazendo, nobre deputado, coíque o ataque que faço é real. Não venho aqui agredir o Governo. O fato é concreto, é positivo. Só uso esta tribuna para atacar o Governo com fatos concretos, positivos e nada quero desse Governo, a não ser a distância.

O Sr. Esmeraldo Tarquinio (com assentimento do orador) — Jamais disse que V. Exa. estava fazendo demagogia. Apenas num aspecto irônico o que fiz foi pedir a V. Exa. que fizesse pesar menos a sua mão sobre o Governo em matéria de crítica e censura. Mas sei perfeitamente, nobre deputado, que tudo que V. Exa. está dizendo é verdade. E que, entretanto, dentro em breve nos jardins do Palácio dos Campos Elísios, não sei se vai ser lá, este ano, vai haver um "show" de benevolência, um "show" de assistência social — já houve, está me dizendo o nobre deputado Costabile Romano — a se fazer caritas com a miséria dos outros, sem, todavia, através de medidas concretas de Governo e Administração, amenizar essa miséria planejadamente V. Exa. viu o que aconteceu no início do Governo; rasgou-se um Plano de Ação que custou bilhões de cruzeiros; mandou tirar de todas as viaturas e marcos de realizações no Estado a colmeia com a abelha, que eram principalmente os símbolos do Plano de Ação do governo anterior. V. Exa. sabe que fortuna se gastou e se está gastando para substituir esse símbolo da colmeia com a abelha pelo escudo de São Paulo, pelo brasão de São Paulo, em todas essas viaturas e marcos de realizações. Veja V. Exa. quantas coisas se tem feito para enganar, para enganar, para destruir, sim, a boa fé desse povo esplendido, que nada quer, nada mais quer senão que um bom Governo. Nada mais. Não quer palestrar na televisão dizendo que vai mandar baixar o pau em um e outro. Não quer conversas na televisão invocando Deus nosso pai, enquanto espetáculos inconcebíveis e incontáveis, nesta Assembleia, se apreciam por todo o Estado, onde quer que o Chefe chegue. Não, Excelência. Não é isso que o povo de São Paulo quer. Povo cristão, que não precisa ser incensado, nesta altura. Povo cristão, que crê em Deus, como crê V. Exa. e eu e todos nós, que abrimos nossos trabalhos sob a invocação mais alta dos céus. Esse povo não necessita de lições de quem não tem autoridade cristã para dar. Concorde com V. Exa. Não o chamei de demagogo ou mistificador é bom que se diga, e V. Exa. sabe que discordo de alguns métodos de V. Exa. Mas, tenho-o feito, e perante V. Exa. dizendo o que penso a respeito, pedindo inclusive, às vezes, aquilo que acho que naquele determinado momento falta a V. Exa. que seria o comedimento. Mas, nobre deputado, é isto tudo o que disse a V. Exa., mais nada. E tenho sobre os ombros uma responsabilidade com cada um de nós, os 115, tem. E esta responsabilidade há de representar aqueles que nos mandaram para cá: os homens, as mulheres, os jovens e os velhos de São Paulo, deste São Paulo que vem sendo vilipendiado por toda a Nação, através do Congresso Nacional e por intermédio dos projetos pelo qual se pretende furtar-nos. E não virá V. Exa. dizer — pois que aqui V. Exa. representa o Estado de São Paulo e não o de Ceará — não virá V. Exa. dizer que o que se pretende é uma redistribuição tributária. Não, Exa. Estão nos furtando sim, pois que para uma redistribuição dessa natureza anos seriam necessários, para o devido planejamento, para a devida suplementação, com a devida distribuição daquilo que o Estado de São Paulo vai perder com tal projeto. Não é possível que concordemos, mesmo que o nosso adversário esteja chefiando o Governo de São Paulo. Não é possível que concordemos com essa escorcha, que parece que veio, confidencialmente, cobrir a escorcha menor, qual seja o aumento do imposto sobre vendas e consignações no Estado de São Paulo. Mas, esse aumento não é necessário. Disse, digo e direi, adiante, pois que com o sistema legal da estimativa e com a fiscalização elevando o seu bel prazer a estimativa do comerciante do contribuinte, do industrial contribuinte, não há necessidade de elevar-se a alíquota, pois que a estimativa elevada concomitantemente, consequentemente se eleva o "quantum" do imposto. Não há necessidade mesmo. O Dr. Pereira está enganado e está se utilizando de maus dados. Isto o mestre Leporece também haverá de dizer, quando em determinados momentos ataca, o de rijo, o Secretário da Educação, através de seu titular, o Ilustre e reverendíssimo Padre Januário Balduino.